

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DE ÁREAS URBANAS EM DEGRADAÇÃO

PLACIDO, Patricia de O.¹, OLIVEIRA, Virgínia S. da C., DA SILVA, Alessandra R., FERREIRA, Yuri M. & EVARISTO, Aline Maria T. UFRRJ/GEPEADS, Rodovia BR 465, Km 07, s/n - Zona Rural, Seropédica - RJ, 23890-000 ; ¹Autor de correspondência: profpatricia.placido@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste estudo partimos do princípio da crise socioambiental contemporânea e os graves problemas socioambientais que se manifestam crescentemente nas diferentes escalas da realidade local e global. Este pressuposto impulsionou a institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental/PNEA (Lei nº 9.795/99) e a articulação da temática ambiental aos processos de gestão promovidos e institucionalizados pelo Estado Brasileiro. Dessa forma, pode-se definir a gestão ambiental como um processo de articulação dos diferentes agentes sociais públicos e/ou privados que interagem com o objetivo de garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais às especificações do meio ambiente, com base em princípios e diretrizes sustentáveis previamente construídos (MMA, 2005). Vale referenciar ainda o Art 1º da PNEA em que trata da articulação entre educação ambiental e gestão: Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. No Brasil, existe atualmente, um conjunto de instrumentos jurídicos e teórico-metodológicos que norteiam a prática da gestão ambiental, sobretudo no que diz respeito à gestão ambiental pública e à gestão ambiental privada¹. Para tal, tomamos como base, para adensamento teórico e conceitual acerca da articulação da educação ambiental no processo de gestão ambiental pública, o texto de Quintas (2009) intitulado *Educação no processo de gestão ambiental pública*. Por gestão ambiental pública entendemos ações praticadas e orientadas pelo Estado na elaboração, execução e fiscalização acerca da sustentabilidade e da proteção ambiental. Ao estabelecer o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito dos brasileiros, o art. 225 da Constituição Federal de 1988 atribui ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo (Quintas, 2009).

- O poder público também estimula práticas de educação ambiental desenvolvidas através de parcerias público-privadas, em caráter formal e não formal. Citemos neste contexto:
- A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795, dispõe sobre a Educação Ambiental e estimula a participação de empresas públicas e privadas incentivadas pelo Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento de programas de Educação Ambiental em parceria com a escola, com a universidade e com as organizações não governamentais (Brasil, 1999).
- O Decreto Regulamentador nº 4.281 que, de modo complementar, tem sido a base de elaboração das políticas estaduais e municipais estabelecendo, em seu artigo 6º, a obrigatoriedade do cumprimento de atividades de Educação Ambiental no licenciamento e nas demais atividades potencialmente poluidoras (Brasil, 2002)
- E o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que apresenta, como uma de suas diretrizes, o envolvimento dos agentes estatais e privados na implementação da educação ambiental em todos os setores sociais e em todos os espaços pedagógicos formais e não formais (Brasil, 2005).
- Diante de tais pressupostos legais e teóricos, acreditamos que as práticas de educação ambiental, se aliadas a um processo de gestão ambiental desenvolvido com parcerias entre diversos setores, tem potencialidade para atuar mitigadoras dos impactos da degradação nas áreas urbanas.

Dessa forma, apresentamos neste estudo, resultados e reflexões acerca de ações interinstitucionais em educação ambiental, desenvolvidas em Itaguaí/RJ entre Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Ordem Pública e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com financiamento da iniciativa privada, representada pelas empresas Vale e PortoSudeste. Objetivamos demonstrar como as práticas de educação ambiental na gestão ambiental pública se faz importante para busca da qualidade ambiental e recuperação de áreas urbanas em degradação no município de Itaguaí- RJ. Entendemos que a educação ambiental, na sua vertente crítica, é um instrumento de transformação da realidade, dado seu potencial técnico-científico-cultural

1 Não é objetivo deste estudo aprofundar sobre a conceituação da gestão ambiental pública e privada, para tal recomenda-se literatura sobre esta classificação.

que qualifica os sujeitos sociais para participarem das soluções e das transformações dos problemas ambientais transformando-os em elementos ativos nas mudanças socioambientais locais (NEFFA, 2001).

MATERIAL E MÉTODOS

Para este trabalho, foi desenvolvido um projeto denominado Mais Vida Menos Lixo, proposto pela Prefeitura Municipal de Itaguaí, em parceria com a UFRRJ e as empresas Vale e PortoSudeste. Esse projeto desenvolve ações de educação ambiental quinzenais em escolas e praças públicas do município de Itaguaí. As escolas assumem papel como protagonistas no processo apresentando atividades relacionadas ao tema resíduo e meio ambiente, e os demais parceiros atuam com parcerias e financiamentos. Cabe destacar a atuação da UFRRJ, que a partir do projeto de extensão “Plante essa Ideia”. Essa atuação da UFRRJ na gestão do território de Itaguaí por meio da educação ambiental consiste no desenvolvimento de oficinas junto aos alunos da rede municipal, onde versavam a ciência e o lúdico na utilização dos resíduos produzidos nas comunidades como: (a) óleo de cozinha, (b) pneus, (c) calhas, (d) garrafas de vidro e pets, (e) resíduos de madeira e resíduos orgânicos em geral. Os temas das oficinas desenvolvidas incluíram ainda (f) compostagem, (g) papel reciclável, (h) tinta de solo, (i) artesanato, (j) medicinais entre outros. Ressalta-se neste contexto, que para o desenvolvimento das oficinas utilizam-se de materiais descartados, muitas vezes de forma irregular em terrenos inapropriados, e estes materiais são reaproveitados de forma pedagógica no desenvolvimento de ações em educação ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento, o projeto percorreu quatro escolas municipais da rede de Itaguaí, sendo duas localizadas em área industrial e portuária (Figura 1) e duas escolas localizadas em área rural (Figura 2), com alcance direto de aproximadamente 1.300 (mil e trezentas) pessoas da comunidade escolar. As ações de educação ambiental na gestão ambiental de Itaguaí também foram desenvolvidas em duas praças públicas da cidade (Figura 3), atingindo um público diversificado e amplo, aproximadamente 200 pessoas em cada ação. Nessas ações foram produzidos materiais de fonte reutilizada (Figura 4), oportunizando a reflexão acerca da qualidade ambiental do território em questão. A aferição dos resultados está acontecendo a partir de aplicação de questionários avaliativos que as escolas participantes preenchem, e realização de entrevistas com a população externa das escolas. Durante a execução, foram encontradas outras ferramentas metodológicas (insumos para uso em hortas e jardins, oficinas de pintura) para o enfoque do uso de agroecossistemas simplificados, de fácil difusão, aceitação e uso em ambientes desprovidos de técnicas agrícolas.



Figura 1: Oficina de compostagem realizada na Escola Municipal Elmo Batista Coelho localizada na Ilha da Madeira



Figura 2: Ação realizada na Escola Municipal Fusão Fukamati no bairro Chaperó.



Figura 3: Ação social realizada na praça Vicente Cicarino localizada em Itaguaí.



Figura 4: Uso de material de fonte reutilizável

CONCLUSÃO

Sobre a educação ambiental na gestão de áreas urbanas em degradação, concluímos que tem se efetivado como possibilidade de participação social na elaboração de ações interinstitucionais, de gestão compartilhada e sustentável do território e na ampla responsabilidade ambiental e social para todos os envolvidos. Este estudo aqui apresentado pretende revelar e sistematizar conhecimentos e práticas de formulação de ambientes educativos convencionais que venham subsidiar uma práxis pedagógica em Educação Ambiental, buscando complementar formulações teórico-metodológicas que vem se desenvolvendo numa perspectiva de educação ambiental para a gestão pública do território. Uma práxis de inserção com a determinação política de intervir junto às comunidades que sofrem com os problemas socioambientais e que buscam a superação das degradações. Acreditamos que estudo poderá dar contribuições significativas aos processos de transformação da realidade socioambiental de Itaguaí, em resposta às demandas da sociedade que percebem na EA uma forma de enfrentar a grave crise socioambiental dos nossos dias.

Espera-se, também, (re)produzir e disseminar uma metodologia de trabalho a partir de agentes e parceiros da gestão ambiental pública, que dinamizem atividades ambientais em seu ambiente formativo e de trabalho, aproximando a Universidade e a sociedade a partir de novas formas de relação.

Por ora, pode-se concluir que, através de uma análise dialógica com os envolvidos nas ações propostas, observou-se um potencial acerca das práticas de educação ambiental como mitigadoras dos impactos da degradação proveniente dos resíduos nas áreas urbanas do município de Itaguaí- RJ

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro do trabalho à Prefeitura Municipal de Itaguaí, e as empresas Vale e PortoSudeste e à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. Constituição (1988). Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p.
- _____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação ambiental e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.
- _____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Brasília: Diário Oficial da União.
- _____. DIRETORIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Programa Nacional de Educação ambiental-ProNEA. Brasília: MMA, 2005.
- Nefeia E (2001) Desenvolvimento e Degradação Ambiental: Um estudo na região do Médio Paraíba do Sul. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro.
- Quintas JS (2009) Educação no processo de gestão ambiental: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C.F.B; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. de (orgs.) *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez. 206p.